

no” pode ser visto também como sendo a prática das comunidades, seguidoras de Jesus.

DALBER, João, *Os excluídos na Teologia de Lucas*, in “Vida Pastoral”, n. 180, Paulus, 1995.

BIBLIOGRAFIA

- RIUS-CAMPS, Josep, *O Evangelho de Lucas*, Paulus, São Paulo, 1995 (trad.).
L'EPLATTENIER, Charles, *Leitura do Evangelho de Lucas*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1993 (trad.).
ALANCASTRO, Ricardo S., *O bom Samaritano: parábola da solidariedade*, in RIBLA, n.16, Vozes (Petrópolis) e Sínodal (São Leopoldo), 1993.
ASSIS LIMA, Cyzo, *Os samaritanos: os oprimidos como primícias do Reino*, in “Estudos Bíblicos”, n. 27, Vozes, Petrópolis, 1990.

* O Autor é Mestrando em Teologia Bíblica na Fac. da Assunção, SP e Professor de Exegese Bíblica no ITESC.

Endereço do Autor:

Paróquia São Cristóvão
BR 116, km 147 - bairro Cidade Alta
88516-600 LAGES, SC

Fraternidade e Educação

Um Só é vosso Mestre

(Mt 23,8)

Pe. Ney Brasil Pereira*

A CF-98, focalizando a educação, e educação “a serviço da vida e da esperança”, no seu conceito abrangente, mais que a educação formal, não pode deixar de focalizar também a figura do mestre, o professor, o educador, aquele que, queiramos ou não, desempenha papel tão importante no processo educativo. E isto, apesar do axioma de Paulo Freire, que, num contexto polêmico, para acentuar o papel primordial do próprio educando, que “se educa a si mesmo”, parece negar a posição do educador: “Ninguém educa ninguém”... A propósito, já o profeta Jeremias, ao anunciar a Nova Aliança, vislumbra uma situação assim, em que *ninguém mais terá que instruir seu próximo ou seu irmão* (Jr 31,34)... situação que o presbítero João reconhece como já realizada na sua comunidade: *Vós, irmãos, que recebestes a Unção que vem do Santo, já possuis todos o conhecimento... e não tendes necessidade de que alguém vos ensine* (1Jo 2,20.27)... Mas então, não precisamos mais de mestres? Onde fica a figura do educador?

Numa linha semelhante à da profecia de Jeremias e da constatação da primeira carta de João, embora reafirmando a posição do “único Mestre”, o evangelho segundo Mateus nos apresenta a famosa palavra de Jesus contra *os que gostam de ser chamados de “Rabi”*, isto é, “meu Mestre”:

(8) *Quanto a vós, não vos façais chamar de Rabi, pois um só é o vosso Mestre, e todos sois irmãos.*

(9) *A ninguém na terra chameis de Pai, pois um só é o vosso Pai, o que está nos céus.*

(10) *E não vos façais chamar de Educadores¹, pois um só é o vosso Educador, o Cristo.*

(11) *Antes, o maior dentre vós será o vosso servo* (Mt 23, 8-11)...

Neste v. 11, parece-me, está a chave do ensinamento de Jesus: Ele não podia negar a necessidade de mestres, educadores, professores, na convivência social, como também não podia negar a necessidade de chefes, líderes, de pessoas que ocupem “o primeiro lugar” (cf Mc 10, 43-44)... Mas insistia no espírito de serviço, que transforma a autoridade em servidora, que faz o *Mestre e Senhor* “lavar os pés dos discípulos” (cf Jo 13,14), e faz também do “maior” *aquele que serve a todos* (cf Mt 23,11). De resto, esta censura aos mestres oficiais de então era também um alerta aos discípulos contra a recepção demasiado passiva, pouco crítica, do ensinamento de quem quer que seja. Para aprofundarmos, pois, esta palavra de Jesus, começaremos por uma descrição do conceito de “Rabi”, seguindo-se a contextualização e a análise da pericope de Mt 23, 8-11, para concluirmos com a caracterização do “único Mestre”.

1. O CONCEITO DE "RABI"

Os autores do verbete correspondente, nos vários dicionários bíblicos, nos explicam que *rabbî* é um termo hebr. e aramaico, formado do adjetivo *rab*, "grande" e do sufixo *î* do possessivo, primeira pessoa singular, com o significado literal de "meu grande", "meu senhor", análogo aos nossos títulos "Doutor", "Senhor", "Excelência", "Eminência" etc. Esse tratamento se dava aos doutores da Lei, quando se lhes dirigia a palavra, como sabemos pelos evangelhos (cf Mt 23,7) e pela tradição rabínica². O sufixo *î* foi perdendo seu valor possessivo quando o termo passou a ser colocado diante de um nome próprio, p. ex. Rabi Aqiba, Rabi Shmuel etc, equivalendo então ao nosso "Doutor N.N." Mas o título estendeu-se a outros "mestres", não só aos doutores da Lei, p. ex. João Batista, chamado "Rabi" em Jo 3,26. Nos evangelhos, é o próprio Jesus quem é assim especialmente interpelado: duas vezes em Mt - embora não pelos próprios discípulos - 4 vezes em Mc, muitas vezes em João: Jo 1,38.49; 3,2; 4,31; 6,25; 9,2; 11,8 e, com a forma *Rabbuni*, em 20,6. Lucas sempre substitui a forma hebraica por *didaskale*, "mestre" (12 vezes) ou *epistata*, "chefe" (6 vezes).

Não se sabe quando começou esse costume. Os talmudistas³ vêem sua origem no tratamento dado por Eliseu a Elias, no Targum de 2Rs 2,12: *Rabbî, Rabbî* (e não, conforme o TM: 'Abî, 'Abî = "meu pai, meu pai")... Em todo caso, de acordo com o que transparece nos evangelhos, a difusão desse costume deve ter-se iniciado já pelo menos no séc. I aC⁴. O fato é que o encontramos frequentemente nos vários tratados da Mishná, compilada por volta do ano 200 dC. Notar também que, entre os judeus de Babilônia, a forma empregada era *Rab*, em vez de *Rabbî*. Igualmente, embora mais raras, havia as formas intensivas *Rabban* e *Rabbon* (= "nosso mestre"), de onde o tratamento *Rabboni* ou *Rabbuni*, dado a Jesus em Mc 10,51 pelo cego de Jericó, e em Jo 20,16 por Maria Madalena, e encontrado também, em textos rabínicos,

"Mas insistia no espírito de serviço, que transforma a autoridade em servidora, que faz o Mestre e Senhor 'lavar os pés dos discípulos'"

nas invocações a Deus. Na tradição rabínica, apenas sete doutores receberam o título de *Rabban* de forma oficial, o primeiro deles tendo sido Gamaliel, o célebre mestre de São Paulo (cf At 22,3). A propósito, reconhecia-se uma espécie de hierarquia ascendente, de Rab a Rabbi e a

Rabban, segundo o aforisma: "É maior o Rabbi que o Rab, e maior ainda o Rabban que o Rabbi"⁵...

Do termo *Rabbi* deriva nosso substantivo "rabino", que adesigna atualmente os ministros principais do culto judaico, encarregados da pregação, da celebração dos casamentos etc. De *Rabbi* vem ainda a forma posterior *Reb* ou *Rebb*, dado pelos judeus contemporâneos a quem quer que possuía, entre eles, um conhecimento significativo do Talmud.

O termo equivalente em gr., *didaskalos*, "mestre", é aplicado, nos evangelhos, quase sempre a Jesus, em geral na forma vocativa, correspondendo a "rabi": 10 vezes em Mt, 12 vezes em Mc, 13 vezes em Lc, 6 vezes em Jo, o qual prefere a forma hebraica. Às vezes, porém, designa os mestres judeus, como em Lc 2,46, os "doutores" no Templo, ou em Jo 3,10, onde o próprio Jesus assim designa Nicodemos. Nos outros escritos do NT, o termo *didaskalos* designa as pessoas encarregadas do ensino, na comunidade primitiva, às vezes associadas aos "profetas", p. ex. em At 13,1; 1Cor 12, 28-29; Ef 4,11; Tg 3,1, e entre elas o apóstolo Paulo se inclui expressamente na 1Tm 2,7 e na 2Tm 1,11, como "mestre das nações", isto é, dos gentios. A segunda carta de Pedro, a propósito, adverte que surgirão "falsos mestres", como surgiram "falsos profetas" (2Pd 2,1; cf 2Tm 4,3)...

Voltando, porém, ao ambiente judaico, e para completar o conceito de "Rabi", será interessante saber que, como fruto da tradição e dos ensinamentos rabínicos, desenvolveu-se a chamada "literatura rabínica", compilada entre os séculos III e V dC, isto é, entre a elaboração da Mishná, por Judá Hannasî (+ 217), e a conclusão do Talmud de Babilônia em 499⁶. O essencial dessa literatura é o registro da segunda grande fonte da revelação judaica: a "Torá oral", considerada, em seu valor, igual à "Torá escrita". É este ensinamento oral que os saduceus rejeitavam, e que os karaitas da Idade Média também haviam de rejeitar. Ele consistia na interpretação da letra do Pentateuco, interpretação que os rabinos faziam remontar ao próprio Moisés, e que era transmitida "pela boca" - daí a expressão hebr. *Torâh she be 'al pê* - de mestre a discípulo, de geração em geração. Essa interpretação foi aos poucos sendo enriquecida por regras de hermenêutica muito precisas, como as de Hillel no séc. I aC e as de Yishmael e Aqiba no séc. II dC. Os evangelhos nos referem as críticas severas de Jesus a determinadas interpretações da Lei pelos rabinos da época, os "escribas e fariseus", quer em relação ao sábado (p. ex. em Mc 2, 23-28 e prl), quer em relação à lavagem das mãos antes das refeições (também em Mc 7, 1-23 e prl), quer de modo geral contra o "peso" de obrigações sobre obrigações, como em Mt 23,4: *Amarram fardos pesados e os põem sobre os ombros das pessoas, mas eles mesmos nem com um dedo se dispõem a movê-los...* Essas críticas severas, formuladas num contexto po-

lêmico, correm o risco de ser interpretadas injustamente, generalizando e absolutizando defeitos, não deixando ver as virtudes, relegando na sombra da crítica tantos aspectos luminosos do que poderíamos chamar de "a espiritualidade rabínica"⁷... Mas isto nos leva ao passo seguinte deste estudo.

2. O CONTEXTO E O SENTIDO DE MT 23, 8-11

Já reproduzimos acima o texto destes quatro vv. mateanos. Para entendê-los, é claro que devemos situá-los em seu contexto, quer no contexto literário do evangelho segundo Mateus, quer no contexto sócio-histórico da sua redação num ambiente já de confronto entre a Igreja e a Sinagoga, ou melhor, entre duas comunidades judaicas procurando afirmar-se como "o verdadeiro Israel" e por isso entrando em conflito... Sem essa contextualização, não captaremos a intenção do autor, nem o sentido do texto para nós.

2.1. O contexto literário

A perícopa de Mt 23, 8-11(12) situa-se no conjunto do c. 23, famoso pelos sete "ais" de Jesus contra os "escribas", em gr. *grammateis*, e os "fariseus". Esses sete "ais" começam no v. 13 e se estendem até o v. 32, encontrando-se também no evangelho segundo Lucas, no c. 11, mas em outro contexto: Lucas apresenta seis "ais", dirigidos, os três primeiros, aos fariseus (Lc 11, 42-44) e os três últimos, aos "legistas" (gr. *nomikoi*, cf Lc 11, 46.48.52), por ocasião de uma refeição na casa de um fariseu... Como esses "ais" não se encontram em Marcos, mas só em Mateus e Lucas, temos aí um claro indício daquela "fonte" independente de palavras de Jesus que os exegetas identificam como a *Quelle*, de origem e cronologia discutidas, mas que tanto Mt como Lc conheceram⁸. O fato é que, aqui, como no "Sermão da Montanha", Mateus é o sistematizador: ele reúne e ordena o material que encontra em suas fontes, enquanto Lucas, o "historiador", prefere deixá-los nos seus contextos diversificados.

Antes dos sete "ais", que são uma apóstrofe direta, Mt faz Jesus dirigir-se "às multidões e aos discípulos", esboçando-lhes um "retrato" dos "escribas e fariseus", nos vv. 2-7. Nesse "retrato", Jesus, que fora apresentado por Mt como o novo Moisés que, "na montanha", sentado, põe-se a falar e ensina seus discípulos (cf 5, 1-2), aqui começa reconhecendo que os escribas e fariseus *estão sentados na cátedra de Moisés* e ensinam... e que é preciso *fazer o que eles dizem*, embora não se deva imitar o que eles fazem (23, 2-3). A seguir, Jesus censura a insensibilidade desse conhecedores da Lei que *impõem fardos pesados aos ombros das pessoas* (v. 4); censura-lhes também a piedade ostensiva (v. 5), já de-

nunciada no Sermão da Montanha (6, 1-18), as filactérias e franjas vistosas, os lugares de honra, as saudações, e o apreço ao título de "Rabi" (vv. 5b-7).

Por que, este retrato tão negativo? É que "escribas e fariseus", na cidade, eram os intelectuais responsáveis pela ideologia que sustentava um sistema escravizador do povo. Como bem sintetiza Storniolo⁹, "uns e outros eram especialistas em religião". Os doutores da Lei, "escribas", eram os especialistas teóricos, enquanto os fariseus, os especialistas práticos, que se consideravam modelos de observância, até no nome apresentavam-se como "separados". A quem serviam esses intelectuais? Não estavam eles usando seu saber e pretensa virtude para impressionar e dominar? De posse do saber, não estimulavam eles a diferença e a desigualdade? Não bastando a exploração econômica e a

" 'Escribas e fariseus' eram intelectuais responsáveis pela ideologia que sustentava um sistema escravizador do povo "

dominação política, não acentuavam eles a dominação das consciências, violando o recesso sagrado da liberdade de cada um, obscurecendo a face do "único Pai" que quer vida e liberdade para todos os seus filhos?

Nesta altura, Jesus se volta a seus discípulos, e lhes traça um programa diferente, de uma sociedade, ou melhor, comunidade, alternativa: *Quanto a vós, não vos façais chamar de Rabi, pois um só é o vosso Mestre* (gr. *didáskalos*) e *todos vós sois irmãos* (v. 8). Esse "quanto a vós" contrastante, já o encontramos em Mt no c. 20,26, na passagem paralela a Mc 10, 42-43, quando Jesus acalma a indignação dos dez discípulos contra Tiago e João, que se haviam antecipado em garantir para si "os primeiros lugares" à direita e à esquerda do trono do Senhor, quando da vinda do seu Reino... Aí também Jesus retrata os "governadores das nações" e os "grandes", que "dominam e tiranizam", para logo advertir os seus: *Entre vós, porém, não deverá ser assim...* (Mt 20, 25-26). Por sua vez, Lucas nos apresenta uma cena paralela a esta na Última Ceia, quando os discípulos, logo depois do anúncio da traição de Judas, começam a discutir entre si *qual deles seria o maior...* E Jesus, também aí, como em Mt e Mc, primeiro retrata os "reis das nações", que as "dominam e tiranizam" e ainda são chamados de "Benfeitores"¹⁰, e imediatamente adverte: *Entre vós, porém, não deverá ser assim...* (Lc 22, 24-26).

Outra cena, paralela à de Lucas, porque também situada na Última Ceia, mas aproximando-se do conteúdo de Mt 23, 8-11, é a do Lava-pés, segundo João (c. 13, 12-15). Vale a pena mostrar graficamente esse paralelismo de fundo:

Mt 23, 8-11

(8) *Quanto a vós, não vos façais chamar de 'Rabi', pois um só é o vosso Mestre, e todos vós sois irmãos.*

(9) *A ninguém na terra chameis de 'Pai', pois um só é o vosso Pai, o celeste.*

(10) *Nem vos façais chamar de Educadores, pois um só é o vosso Educador, o Cristo.*

(11) *Antes, o maior dentre vós será o vosso servo (gr. diákonos)*

Jol3, 12-15

(12) *Depois que lavou os pés deles retomou seu manto, voltou à mesa e lhes disse: Compreendeis o que vos fiz?*

(13) *Vós me chamais de 'Mestre' e 'Senhor' (gr. Kýrios) e dizeis bem, pois eu o sou.*

(14) *Se, pois, eu, o Mestre e Senhor, lavei os vossos pés, também vós deveis lavar os pés uns aos outros.*

(15) *Dei-vos o exemplo, para que, como eu vos fiz, vós o façais igualmente.*

Repito duas observações, aliás já feitas, para bem entendermos o sentido da perícope mateana: 1) ao apreço que os “escribas e fariseus” têm pelas “saudações nas praças” e pelo título de “Rabi”, Jesus contrapõe a seus discípulos a renúncia explícita a esse título, inclusive a seus sinônimos de “Pai” e “Educador”... 2) diante, porém, do fato de que sempre, num grupo, mesmo fraterno, há alguém “maior”, isto é, com a responsabilidade de um cargo ou liderança, Jesus aponta, com a palavra e o exemplo - dramaticamente visualizado no lava-pés - o caminho do serviço.

2.2. O contexto sócio-histórico

Que circunstâncias sociais e históricas estão por trás, ou na origem, de Mt 23, 8-11, ou melhor, de todo o c. 23 de Mt, com tão violentas acusações de hipocrisia e cegueira e corrupção contra os líderes espirituais da Sinagoga? É sabido como o modelo de Mt 23 se repete em todas as polêmicas de grupos políticos ou religiosos contrastantes. Só para lembrar um caso: na medida em que se acentuava o contraste entre Lutero e a Igreja hierárquica do seu tempo, no séc. XVI, mais e mais virulenta se tornava a crítica do monge reformador contra a pessoa do Papa e toda a estrutura da Igreja de Roma. Mas já todo o Novo Testamento, desde o seu primeiro documento, que é a primeira das cartas de Paulo aos tessalonicenses (cf 1Ts 2, 15-16!), está marcado por passagens polêmicas, violentas, sem complacência alguma para com os adversários/judeus... apesar de, no seu conjunto, o mesmo NT ser o testemunho por excelência da palavra e do exemplo daquele que mandou *amar os inimigos e perdoar até setenta vezes sete vezes!*

Pois é exatamente esse contraste que avulta em Mateus, como observa Saldarini em seu estudo intitulado “Deslegitimação de líderes em Mt 23”¹¹. O evangelista do Sermão da Montanha faz Jesus instruir seus discípulos para que *se alegrem ao serem perseguidos* (Mt 5,12), para que *perdoem seus inimigos e orem pelos perseguidores* (cf 5,44), para que *perdoem sempre, se quiserem ser perdoados* (cf 6, 14-15)... Esse mesmo Jesus é apresentado, ainda, no c. 12, 19-20, como aquele que realiza a profecia de Isaías sobre o “Servo” que *não vai erguer a voz nas praças nem vai*

quebrar o caniço rachado nem apagar a mecha fumegante (cf Is 42, 2-3)... E no entanto, ainda Mt descreve uma série de disputas públicas acirradas entre Jesus e os “fariseus”, nos cc. 21-22, seguindo-se este tremendo c. 23 com os sete “ais”, que tão violentamente contrastam com as oito bem-aventuranças do c. 5. É verdade que, no próprio Sermão da montanha, há já vários prenúncios do rompimento que se torna irremediável nos cc. 21-23: assim, a clara contraposição entre a “justiça” a ser praticada pelos discípulos, e a insuficiente *justiça dos escribas e fariseus* (5,20), e entre a “justiça” que deve ser praticada em segredo e a que é exibida *diante das pessoas* - pelos “escribas e fariseus” - *para serem vistos por elas* (cf 6,1 e 23,5!)

Uma das maneiras de amenizar a violência do c. 23, e de neutralizar - se possível - a carga explosiva de anti-judaísmo¹² que contém, é entender que Jesus em Mt, e em todo caso o próprio Mateus, estariam visando mais os “escribas e fariseus” da própria comunidade cristã que os da Sinagoga. E essa maneira de ler o texto é necessária: sempre que são denunciados os “ricos”, os “poderosos”, os “escribas e fariseus” de determinada época, de cada vez temos de precaver-nos contra nossas próprias práticas e, portanto, contra a nossa tendência espontânea de pensar que os “ricos-poderosos-escribas-fariseus” são só “aqueles”, no passado, ou “os outros”, no presente.

Mas isso não explica tudo. Afinal, que circunstâncias concretas levaram Mt a produzir este texto? quando e onde? - É conhecida a hipótese que situa a redação de Mt, do texto gr. atual, num ambiente judeu-cristão, depois da redação de Mc, pouco depois do ano 70, sob o impacto da guerra judaica contra Roma e da destruição de Jerusalém. Cito Saldarini:

“Uma vez que o evangelho de Mt foi escrito em gr., seu autor deve ter vivido numa cidade suficientemente grande para ter uma população de língua grega e com uma significativa comunidade judaica, parte da qual era constituída de seguidores de Jesus. Embora Antioquia da Síria tenha sido proposta como esse local¹³, não há provas suficientes para afirmá-lo. O local também pode ter sido Séphoris ou Tiberíades na Galiléia, ou na Decápole, ou no sul da Síria... sem esquecer que nessa região continuava a reinar o rei Agripa II, que tinha permanecido fiel a Roma durante a revolta judaica”¹⁴. Por que não incluir nas possibilidades a vizinhança de Jabne, ou Jâmnia, na planície costeira da Judéia, não longe de Azot, onde Johanan Ben Zakkay, com a anuência dos romanos, havia fundado a “academia” de rabinos fariseus, herdeira do Sinédrio?

Em todo caso, Mt escreve nessa fase de recomposição do judaísmo, em que emergem as lideranças rabínicas, e o evangelista sente que a sua própria liderança não consegue aglutinar em torno da fé em Jesus, reconhecido como Messias e Filho de Deus, a maioria dos judeus que sobreviveram à revolta e à guerra. A comunidade de Mt vai sendo progressivamente marginalizada e excluída das reuniões do grupo dominante, já caracterizadas no evangelho como *as sinagogas deles* (cf Mt 4,23; 9,35¹⁵; 10,17; 12,9; 13,54; 23,34: em “vossas” *sinagogas*). Mateus não aceita esta expulsão como legítima e então alterna as exortações a suportar o sofrimento injusto, como Jesus o suportou, com ataques violentos contra esses líderes rivais, que impugnam a legitimidade do seu ensinamento e do do próprio Jesus. Cito ainda Saldarini: “Contra o programa do judaísmo rabínico emergente, o autor de Mt procurou estabelecer e legitimar a sua forma de judaísmo cristão, por um ataque de dois gumes: 1) uma detalhada e fundamentada exposição da sua perspectiva e do seu projeto de vida, a proposta de Jesus, e 2) uma difamação do tipo judaico de ensino e prática dos seus oponentes¹⁶. Em todo caso, é evidente que Mt não contesta a legitimidade fundamental de Israel, p. ex., quando apresenta Jesus afirmando, logo no início do Sermão da montanha: *Não penseis que eu vim abolir a Lei e os Profetas* (Mt 5,17).. O que ele ataca é a legitimidade dos então líderes de Israel, demolindo sua integridade pessoal - *dizem e não fazem* (23,3) etc - e rejeitando sua interpretação da Lei e da vontade de Deus. E isto na tentativa - por sinal infrutífera, se levarmos em conta a história do rabinismo nestes vinte séculos - de deslegitimá-los aos olhos da comunidade judaica.

Antes de passarmos para a interpretação propriamente dita do texto que nos interessa mais de perto, gostaria de fazer uma observação importante, embora não mais referente como tal ao contexto “sócio-histórico” de Mateus. Refiro-me à **dimensão antropocêntrica** fundamental das suas preocupações, da sua luta, do seu projeto, na linha, aliás, das preocupações, da luta e do projeto dos profetas do pré-Exílio. Comprovo-o com três textos seus, por sinal muito conhecidos:

1. na chamada “regra de ouro”, no Sermão da Montanha, Mt nos apresenta Jesus resumindo “a Lei e os Profetas” (!) nesta simples, mas exigente, regra de boa convivência, sem qualquer dimensão teológica explícita: *Tudo o que quereis que os outros vos façam, fazei-o vós igualmente a eles: esta é a Lei e os Profetas...*

2. em pleno c. 23, o mesmo Mt nos mostra Jesus concedendo, aos “escribas e fariseus”, que é bom, que importa pagar o dízimo da hortelã, do endro e do cominho (!), mas que não se deveria omitir as coisas mais importantes da Lei: o direito¹⁷, a misericórdia e a fidelidade, numa clara evocação do oráculo de Mq 6,8. Exatamente nesse oráculo, Miquéias esclarece, a um povo preocupado com o tipo de sacrifícios rituais que deveria oferecer, o seguinte: *O que é bom, ó homem, o que Jahweh exige de ti, nada mais é do que praticar o direito* (hebr. mishpat), *amar a bondade* (hebr. hesed), e *caminhar humildemente com o teu Deus*.

3. finalmente, na conclusão do chamado “discurso apocalíptico” (cc. 24-25), no último ensinamento de Jesus a seus discípulos antes da Paixão, com as características de testamento do Mestre e de seu evangelista, temos a estupenda parábola-profecia do Julgamento universal (25, 31-46): todas as nações, todos os seres humanos, julgados dignos da vida eterna ou merecedores do castigo eterno segundo tiverem ou não *dado de comer a quem tem fome, de beber a quem tem sede* etc, independentemente da adesão a esta ou àquela fé, independentemente até do reconhecimento explícito de Jesus como Senhor: *Eras Tu?... Quando foi que Te vimos?...* Aqui está a exigência insuperável do cristianismo, que tantas vezes escamoteamos dando atenção a tantos outros detalhes, até importantes (cf 23,23!), mas jamais tão importantes como aquela exigência. Mas então, não é tão importante *fazer que todas as nações se tornem discípulos, sejam batizadas, e sejam ensinadas a observar*

“Contra o programa do judaísmo rabínico emergente, o autor de Mt procurou estabelecer e legitimar a sua forma de judaísmo cristão”

tudo o que Jesus mandou (cf 28, 19-20)? Sem dúvida é importante. Desde que evangelizadores e evangelizados não se esqueçam do essencial: *dar de comer a quem tem fome...* ou seja, resgatar a Vida humana onde quer que ela esteja ameaçada: pela fome, a sede, o desabrigo, a nudez, a doença, a prisão. Se não o fazemos, se nos omitimos, é a Ele que o deixamos de fazer, numa surpreendente - para nós - transposição da dimensão antropológica para a cristológica e teológica: *Era Eu... Foi a Mim que o deixastes de fazer...* (25,45)

2.3. O sentido, para nós, de Mt 23, 8-11

Muito cedo, e até hoje, esta advertência de Jesus a seus discípulos para que renunciassem aos títulos, portanto, quer hierárquicos, quer acadêmicos (!) - porque *todos vós sois irmãos* - não encontrou eco na sua Igreja, nem na cultura "cristã ocidental" que essa mesma Igreja moldou. Muito cedo, nas comunidades cristãs, começou-se a distinguir entre *episkopos, presbíteros, diáconos* (mais tarde, *subdiáconos, ostiários, leitores, exorcistas, acólitos...* e *cônegos, monsenhores, prelados, camareiros de Sua Santidade, arcebispos, cardeais*), além de muitas outras funções e serviços, cuja nomenclatura embrionária já aparece nas cartas do Novo Testamento. Por que será?

Aliás, há um outro caso, muito claro, de outra solene proibição de Jesus, que é também "solenemente" ignorada pela sua Igreja e pela mesma referida cultura "cristã ocidental": é a proibição dos juramentos. No Sermão da Montanha, ao "levar à perfeição" o mandamento antigo que condenava o perjúrio, Jesus propõe com clareza a seus discípulos: *Eu, porém, vos digo: não jureis em hipótese alguma: nem pelo céu... nem pela terra... nem por vossa cabeça... Mas seja o vosso falar 'sim', sim, e o vosso 'não', não...* (Mt 5, 34-37, ensinamento reproduzido quase literalmente na carta de Tiago: Tg 5,12!) Novamente a pergunta: por que não se cumpriu e não se cumpre uma proibição tão clara de Jesus?

No caso dos juramentos, na sociedade - e na própria Igreja! - pretende-se com eles solenizar um compromisso assumido, ou garantir a veracidade de uma declaração especial, p. ex. no tribunal, embora reconheça-se que, no dia a dia, essa formalidade é plenamente dispensável entre os discípulos daquele que é a Verdade personificada e que espera sejam verazes os que se professam seus discípulos. Aliás, a formalidade como tal, do juramento, só é garantia na medida em que é veraz aquele que o profere. Mas então, para que a formalidade? Simplesmente para solenizar, ou seja, reforçar o significado e a gravidade da palavra dada, do encargo assumido, da missão aceita. Isto, desde que não se esqueça a clareza da

exigência do Mestre: *Seja o vosso falar 'sim', sim, e o vosso 'não', não...*

No caso dos títulos honoríficos, na sociedade - e na própria Igreja! - qual seria a justificativa para a sua multiplicação e aceitação, tão à revelia da palavra de Jesus? O que é mesmo que Jesus nos quer dizer? O que é fora de dúvida é que, no texto produzido por Mateus, temos o contraste expresso entre a prática dos "escribas e fariseus", que *gostam de ser chamados de 'Rabi'*, e a simplicidade que Jesus exige de seus discípulos, que *"não devem fazer-se chamar de 'Rabi', nem de 'Pai', nem de 'Educador'*. E isto por dois motivos: 1) o "Rabi", o "Pai", o "Educador" é *um só*, o Único diferente, superior a todos; 2) eles mesmos, os discípulos, são, entre si, *irmãos*, dentro do espírito de fraternidade já recomendado e descrito no c. 18. De fato, nesse c., onde Mt reúne várias instruções sobre a vida comunitária, e que começa com a recomendação a se tornar "pequeno" como uma criança, sem a preocupação de querer ser "o maior" (cf 18, 1-4), Jesus adverte contra os "escândalos" na comunidade (18, 5-11), recomenda a procura da ovelha desgarrada, *para que nenhum destes pequeninos se perca* (18, 12-14), propõe a correção fraterna, em seus sucessivos passos (18, 15-17), assegura o poder, junto a Deus, da comunidade/Igreja reunida, garante a eficácia da oração em comum, e Sua própria presença no meio dos que se reúnem em Seu nome (18, 18-20) - sem qualquer aceno, aqui, a uma organização hierárquica¹⁸ - e conclui insistindo na prática intra-comunitária do perdão sem limites, *até setenta vezes sete vezes...* (18, 21-35).

É esse "espírito" que Jesus quer inculcar entre os seus, mais que excluir positivamente qualquer tipo de responsabilidade hierárquica, como já observei acima, ao introduzir o artigo. Tanto assim que "o característico destes vv - como adverte Bonnard¹⁹ - não está na interdição de toda hierarquia eclesial, mas nos verbos: *não vos façais chamar, não chameis...*" isto é, Jesus adverte contra a complacência vaidosa nos títulos, não contra as funções como tais, aliás sempre necessárias em qualquer organização social. Essa complacência vaidosa, que logo desvirtua a autoridade em autoritarismo, tornar-se-ia "uma usurpação dos direitos do Cristo sobre a sua Igreja", Ele, o único

"É esse 'espírito' que Jesus quer inculcar entre os seus, mais que excluir positivamente qualquer tipo de responsabilidade hierárquica"

“Mestre” e o único “Educador”, como insiste o evangelista. A propósito, a fórmula “um só” relembra o mandamento central da fé judaica, segundo Dt 6,4: *Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é Um, um só*²⁰, e poderia levar a pensar que, para Jesus, no v. 8, o “único Mestre” é o próprio Deus, como, no v. 9, é Deus o “único Pai”²¹. Acontece que, no v. 10, o próprio evangelista o interpreta, sem deixar margem a dúvidas: *um só é o vosso Educador, o Cristo*.

Essa relativização dos mestres humanos, nestes vv. 8-10, poderia ser, segundo Derrett, um *midrash* de Is 54,13 e Jr 31, 33-34²². De fato, começando por Jeremias: na “Nova Aliança” anunciada, o próprio Deus *inscreverá a Lei nos corações* do seu povo. *E eles não terão mais que instruir seu próximo ou seu irmão... porque todos Me conhecerão...* (Jr 31,34) Da mesma forma, embora mais sucintamente, o II Isaiás anuncia a Sião: *Todos os teus filhos serão discípulos de Jahweh, e grande será a paz de teus filhos* (Is 54,13)²³. Eco mais claro - *midrash?* - destas passagens no NT é o que se encontra na primeira

carta de João, num contexto polêmico contra outros mestres (gnósticos? ou mestres judeus?) que estavam atraindo e “desencaminhando” os “filhinhos” do líder da comunidade joanina: *Vós, porém, recebestes a Unção que vem do Santo, e todos possuis a*

“A chave da recomendação de Jesus se encontra no v. 11: Antes, o maior dentre vós será o vosso servo”

ciência... E eu vos escrevo não porque ignoreis a Verdade, mas porque a conheceis... Isto vos escrevo sobre aqueles que vos procuram desencaminhar. Quanto a vós, a Unção que dele recebestes permanece em vós e não tendes necessidade de que alguém vos ensine... (1Jo 2, 20-21.26-27) Notar, porém, que a própria “Unção”, recebida do “Santo”, o foi através da mediação e, por que não dizê-lo, do “magistério” do autor da carta, o qual, inclusive nessa carta, está precisamente exercendo esse magistério... Isto é, por mais que se relativizem os mestres, não podemos passar sem eles. Por outro lado, tendo apontado o caminho, eles devem permitir que seus discípulos, ou “filhinhos”, sigam adiante por si, sem mais interferências. Aí, sim, eles “não têm mais necessidade de que alguém os ensine”!

Voltando à nossa perícopes, e concluindo a busca do seu sentido para nós, estou convicto de que a chave da recomendação de Jesus se encontra no v. 11: *Antes, o maior dentre vós será o vosso servo*²⁴. Aí Jesus revira de ponta-cabeça as nossas coordenadas, e isto não apenas na dimensão escatológica, quando o *exaltado será humilhado* e vice-versa (cf v.

12), mas agora, por uma opção a ser assumida no dia a dia, e que deve tornar-se característica dos seus discípulos, o “mestre” na comunidade cristã será um servidor, alguém a serviço, alguém que serve e não que seja e queira ser servido. Isto, aliás, à semelhança do Filho do Homem - como já vimos acima - que veio *não para ser servido mas para servir e dar a vida...* (Mt 20,28 e prl)

Mas então, havendo o “espírito” de serviço, não importa a proliferação dos títulos? Convenhamos que o próprio fato da sua proliferação e do apego a eles, nessa competição que marca a “luta pela vida” na sociedade, no mundo acadêmico e no empresarial, já é indício de que está rarefeito esse “espírito”... Em todo caso, na Igreja - *entre vós/nós* - eles deveriam reduzir-se ao mínimo funcional possível, para que os vírus do carreirismo e do autoritarismo não acabem corroendo o Corpo do Senhor²⁵.

3. JESUS - O “ÚNICO MESTRE”

Entre tantos “mestres” no seu tempo e hoje, o que caracteriza, para Mateus, a unicidade de Jesus? Além do seu poder divino *sobre o céu e a terra* (cf Mt 28, 18-20), o que é que faz do ensinamento de Jesus *um ensinamento novo, como quem tem autoridade, e não como os escribas* (cf Mt 7,29 e prl)? Mateus começa a comprová-lo desde o primeiro grande bloco de ensinamentos, o Sermão da Montanha, no qual Jesus aparece como intérprete soberano da Lei e dos Profetas, vindo não para revogá-los mas *para dar-lhes pleno cumprimento* (Mt 5,17). Expressiva amostra desta autoridade são os seis casos, seis textos da Lei, que Jesus comenta e ultrapassa: *Ouvistes o que foi dito... Eu, porém, vos digo...* (Mt 5, 21-48). Não por nada este início da atividade docente de Jesus situa-se “na montanha”, como o de Moisés na montanha do Sinai.

No c. 11 lemos a bela passagem em que Jesus-mestre louva o Pai que oculta seus mistérios *aos sábios e entendidos* e os revela *aos pequeninos*. E logo a seguir convida *todos os que estão cansados e sobrecarregados*, sob o peso das imposições da Lei, para que *aceitem o seu jugo e aprendam dele*, que é *manso e humilde de coração*. *E encontrarão alívio, pois seu jugo é suave, e seu peso, leve* (cf 11, 25-30)... Para quem sabe que o “jugo da Lei” é uma metáfora corrente entre os rabinos²⁶, e levando em conta igualmente as palavras de Jesus contra os “escribas e fariseus” que *amarram fardos pesados aos ombros das pessoas e não os movem sequer com um dedo* (Mt 23,4!), tanto mais força e singularidade tem esta auto-caracterização de Jesus como Mestre, e Mestre libertador.

No c. 13, depois de apresentar Jesus como o Mestre insuperável que ensina em parábolas, Mateus fala do “escriba” que se torna *discípulo do Reino*

dos céus e começa, guiado pelo Mestre, a tirar do seu tesouro, além das "coisas velhas" da Lei, também as "coisas novas" do Evangelho (Mt 13,52). De resto, Jesus é constantemente consultado sobre questões de conduta e doutrina. Assim, p. ex., perguntam-lhe sobre a indissolubilidade ou não do casamento (Mt 19, 1-9 e prl); sobre a observância de uma lei ritual, como a de lavar as mãos antes das refeições, e a questão do puro e impuro (Mt 15, 1-20 e prl); sobre a conveniência ou não de pagar o tributo a César (Mt 22, 15-22 e prl); sobre o "maior mandamento" (Mt 22, 34-40 e prl); sobre as condições de "herdar a vida eterna" (Mt 19, 16-22 e prl) etc. Em todas essas questões, Jesus movia-se dentro do círculo de interesses dos rabinos contemporâneos e, ao menos em alguns pontos, seu ensinamento era semelhante ao deles²⁷.

Característica singular de Jesus é a concomitância entre o seu ensino e sua prática. É esta, entendida não só como a coerência entre o dizer e o fazer, mas também como especialmente a "prática" das curas, que desde o início de sua atividade tanto impressionou os que o ouviram e viram. Assim é que Mateus sumariza a atividade de Jesus, já no início do seu ministério, com os verbos "ensinar" e "curar": *Ele percorria toda a Galiléia, ensinando nas sinagogas... e curando toda doença e enfermidade entre o povo* (Mt 4,23). Por isso mesmo, no discurso de envio dos Doze, ainda no âmbito restrito das *ovelhas perdidas da casa de Israel*, mas já como sinal da proclamação de que *o Reino dos céus está próximo* (10, 6-7), Jesus lhes dá *autoridade para expulsar os espíritos imundos e curar toda sorte de males e enfermidades...* (10,1) Jesus, portanto, não só "ensina e cura", mas ainda aponta a seus discípulos o mesmo método e a mesma prática. Por que será que há tanto receio, pudor, ou seja, falta de levar a sério, hoje, também esta palavra de Jesus, sobre o ministério da cura? No entanto, se lemos o evangelho de olhos abertos, é impossível dissociar o Jesus-Mestre do Jesus-que-cura.

Desta ou daquela maneira, Jesus é para Mateus o Mestre insuperável, o Mestre que ensina principalmente a "nova Justiça", isto é, a Justiça da qual se deve ter *fome e sede* (5,6), a Justiça que torna *bem-aventurados os que por ela são perseguidos* (5,10), a *Justiça mais abundante que a dos escribas e fariseus* (5,20), a Justiça que não deve ser praticada diante dos outros *para sermos vistos e elogiados por eles* (6,1), a Justiça, enfim, que deve ser procurada *em primeiro lugar, junto com o Reino* (6,33)... É Jesus também o Mestre da "misericórdia", que veio chamar *não os justos mas os pecadores* (9,13) e que, defendendo os que estavam sendo *condenados sem ter culpa*, reafirmou, citando-a por duas vezes, a palavra de Oséias: *Eu quero a misericórdia e não o sacrifício* (Os 6,6, cit. em Mt 9,13 e 12,7).

Entre tantas facetas da singularidade deste "único Mestre", e que não podemos descrever todas aqui, vale a pena, concluindo, mencionar o estímulo pedagógico extraordinário que se encontra, p. ex., na sua proclamação solene aos discípulos: *Vós sois o sal da terra... Vós sois a luz do mundo* (Mt 5, 13-14). Qual o discípulo, qual o aluno que não se sente estimulado quando o professor o valoriza? Mas Jesus vai ainda além, quando, ao abrir para seus discípulos os horizontes de um amor que se estende aos próprios inimigos, *aos maus e injustos*, lhes lança o desafio: *Vós, portanto, sereis perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito* (5,48). Isto é, Jesus não receia propor aos discípulos, como perspectiva, como ideal a ser perseguido, a própria "perfeição de Deus". Pode um mestre chegar mais longe?

A propósito, são também estimulantes, embora num outro sentido, as palavras de sadio realismo que se en-

contram no contexto do anúncio das perseguições e sofrimentos que os discípulos deverão enfrentar, à semelhança do Mestre: se o Mestre foi perseguido, se o Mestre foi injuriado, também os discípulos deverão estar dispostos a passar, eles por sua vez, pela perseguição e pelas injúrias (cf Mt 10, 24-25). É nesse sentido que se deve entender a afirmação - aliás, da tradição rabínica - de que *o discípulo não é superior ao mestre...* Isto é, o discípulo não pode pretender o privilégio, a "superioridade" em relação ao mestre, de não ter de passar pela perseguição, e não que Jesus, absolutamente, quisesse impedir o progresso, o crescimento de um discípulo. Por isso mesmo é que Ele os envia *pelo mundo inteiro*, a uma tarefa geograficamente maior que a sua, porque conta com eles, porque espera que eles, como bons discípulos, correspondam "superiormente" às lições recebidas...²⁸

CONCLUSÃO

Diante do "único Mestre", e diante também da promessa da Nova Aliança, na qual *ninguém mais terá que instruir o seu irmão* (Jr 31,34), devemos retomar a pergunta, já feita no início deste artigo: como fica a figura do educador humano? precisamos, ainda, de mestres? E a resposta, por sinal, é inequívoca: É claro que precisamos - continuamos a precisar - de mestres, de educadores, de pais, mas à semelhança do "único Mestre", a seu exemplo e no seu espírito²⁹.

*"Jesus é para
Mateus o Mestre
insuperável, o
Mestre que ensina
principalmente a
'nova justiça' "*

“É claro que precisamos de mestres, de educadores, de pais, mas à semelhança do ‘único Mestre’ ”

De fato, como precisamos de bons mestres, de bons pais, que encaminhem seus alunos, seus filhos, com segurança, pelas estradas da vida, até aquela situação adulta ideal em que não precisarão mais de mestres (cf novamente Jr 31,34!).

E isto, não por uma auto-suficiência insensata mas pela sabedoria, que é dom de Deus e fruto, precisamente, de uma reta educação. Como precisamos de bons educadores e pais que estejam à altura da difícil, mas necessária, missão de educar, e educar para a liberdade! E que por isso mesmo tenham autoridade para apontar os limites da liberdade, para não deixá-la resvalar nem para a libertinagem nem para o liberalismo. E que, por outro lado, saibam exercer essa autoridade - dom precioso!³⁰ - sem autoritarismo, sem o apego vaidoso ao título de “mestres” ou “pais” (cf Mt 23, 8-10), mas também sem abdicar, num falso basismo, dessa posição.

Que o “único Mestre” nos inspire. E não deixe faltar, na sociedade e na Igreja, os pais e educadores que sejam também testemunhas³¹ e que, no espírito de Mt 23,11 - *o maior dentre vós será o vosso servo* - e como nos lembra o slogan da CF-98, estejam decidida e generosamente “a serviço da vida e da esperança”.

NOTAS

¹ “Educadores”, em gr. *kathêgêtai*, palavra que a Vulgata traduz simplesmente por “mestres”, mas é diferente de *didaskalos*, o “mestre”, no v. 8. Aqui, as traduções modernas se diversificam: BJ francesa = “diretores”; BJ brasileira = “guias” (como Almeida); BONNARD = “Instrutores”; TEB = “doutores”; Bíblia Pastoral e BLH = “líderes”; CHOURAQUI = “chefes”... O dicionário grego-francês de BAILLY sugere: guias, condutores, preceptores, e traduz o verbo *kathêgoûmai* por: mostrar o caminho, servir de guia, explicar, ensinar, informar, educar...

² Cf esta passagem do Talmud: “Quando o rei Josafá via um discípulo dos escribas, descia do trono, abraçava-o e lhe dizia: ‘Meu pai (*‘abi*), meu mestre (*‘rabbi*), meu senhor (*‘mari*)”, cit. por O. da SPINETOLI in BARBAGLIO et alii, *Os Evangelhos (I)*, ed. Loyola, SP, 1990 (trad.), p.340

³ Cf FILLION, L., in *Dictionnaire de la Bible*, vol. VII, col. 918

⁴ TOUATI, Ch., in *Dictionnaire de la Bible Supplément*, vol. IX, col. 1022, é de outra opinião. Afirma que o título de “Rabi” não parece ter existido antes do ano 70, tendo-se reservado aos sucessores dos fariseus, liderados por Johanan Ben Zakkay, após a destruição do Templo. Nesse caso, seu uso nos evangelhos seria uma antecipação do costume posterior.. O

editor da Mishná, Yehudá Hannasí, de inícios do séc. III dC, passou a ser designado com o título de “O Rabi” por excelência, não sendo necessário acrescentar seu nome.

⁵ FILLION, L., op. cit., col. 918

⁶ TOUATI, Ch., op. cit., col. 1019

⁷ Cf meu artigo, em número anterior desta revista, sobre *A espiritualidade judaica*: PEREIRA, N.B., in “Encontros Teológicos” 20 (1996/1), p. 37-45

⁸ Sobre a *Quelle*, cf artigo recente de VAAGE, L. E., *O cristianismo galileu e o evangelho radical de Q*, em RIBLA 22(1995/3), p. 84-108. No mesmo número da mesma revista, p. 162-170, o próprio texto hipotético de Q, sob o título: *O evangelho radical da Galiléia: a fonte sinótica Q*

⁹ Cf STORNIOLO, I., in *O Evangelho de Mateus, o caminho da Justiça*, da série “Como ler a Bíblia”, Ed. Paulinas 1990, pp. 168-169

¹⁰ “Benfeitores”, em gr. *euergêtai*, título que vários dos Ptolomeus do Egito helenístico se auto-atribuíram, p. ex. Ptolomeu III “Evergetes” (246-221 aC)

¹¹ Cf SALDARINI, A., *Delegitimation of leaders in Matthew 23*, in *The Catholic Biblical Quarterly* 54(1992), p. 659-680

¹² “Anti-judaísmo”: termo preferível a “anti-semitismo”, como expliquei em Nota no meu já citado artigo: PEREIRA, N.B., *A espiritualidade judaica*, in “Encontros Teológicos” 20 (1996/1), p. 44, Nota 2

¹³ Cf MEIER in BROWN, R.E. e MEIER, J.P., *As Igrejas dos Apóstolos*, Ed. Paulinas 1986 (trad.)

¹⁴ Cf SALDARINI, art. cit., p. 661-662

¹⁵ A tradução em português às vezes não deixa claro este alheamento, p. ex. Mt 9,35 na BJ: *ensinando nas sinagogas*. O texto gr. diz expressamente: “nas sinagogas *deles*”. Esta formulação é tipicamente mateana, encontrando-se em Mc 1,23 e 39 por influência, nos copistas, do texto de Mt

¹⁶ Cf SALDARINI, art. cit., p. 666

¹⁷ O “direito”: as Bíblias modernas em geral traduzem por “justiça” o primeiro dos termos desta tríade, mas Mateus aqui não fala em “justiça” (gr. *dikaïosynê*), termo aliás característico do seu vocabulário, porque Miquéias, a quem ele cita, também não falou em “justiça” mas no “direito” ou “juízo/julgamento” (hebr. *mishpat*), que é aliás a aplicação da justiça. Notar, p. ex., no famoso texto de Am 5,24, a hendiade “direito” e “justiça” em paralelismo: *Que o direito escorra como a água, e a justiça como um rio perene...*

¹⁸ A hierarquia aparece, em Mt, no c. 16, 16-18, quanto a Pedro, e no final do evangelho, na missão de “ensinar” confiada aos Onzes (28,20)

¹⁹ Cf BONNARD, P., *L'Évangile selon Saint Matthieu*, Delachaux et Niestlé, Neuchâtel, 1970, p. 336

²⁰ Cf meu comentário a esse texto em PEREIRA, N.B., *A espiritualidade judaica*, art. in “Encontros Teológicos” 20 (1996/1), p. 38: “Shmá Israel, a consciência de uma escolha divina”

²¹ Assim CHOURAQUI, A., no seu comentário a Mt: *Matyah, évangile selon Matthieu*, J.C.Lattès, Paris, 1992, p. 302

²² Cf DERRETT, J.D.M., *Mt 23, 8-10 a Midrash on Is 54,13 e Jr 31, 33-34*, art. in “Biblica” 62(1981) 3, 372-386

²³ O segundo hemistíquio deste v. poderia, segundo DERRETT (art. cit., p. 373), ser interpretado de maneira a formar paralelismo com o primeiro, traduzindo-se assim: *e o Mestre (=Jahweh: Rab, interpretado como substantivo, embora sem o artigo, e não como adjetivo) será a paz de teus filhos...* Acontece que a mais antiga versão de Is 54,13, a LXX, não o entendeu assim, nem assim o entenderam as versões posteriores, também as modernas. Por outro lado, o Targum interpreta Is 54,13 na linha exatamente da necessidade do aprendizado da Torá: “E todos os teus filhos aprenderão - estudarão - a Lei do Senhor, e grande será a paz...” (cf DERRETT, art. cit., p. 375)

²⁴ Por isso, estranho a opinião de BONNARD (op. cit., p. 337), que considera o v. 11, junto com o v. 12, um “conjunto

sem ligação clara com o que precede"... Pelo contrário, penso que os vv. 8-10 são exatamente explicados e complementados por este v. 11

²⁵ Cf a justificativa que faz Cornélio A LAPIDE, no séc. XVII, dos graus acadêmicos de Teologia: "É lícito desejar o grau de "Doutor" como testemunho de ciência, para que alguém seja investido da autoridade de ensinar e pregar ao povo e assim se torne mais reconhecido o seu ensino e pregação. Por isso preceitua o Concílio de Trento, na Sess. 24, cân. 12, que "todas as dignidades e ao menos a metade dos canonicatos nas Catedrais e Igrejas insígnies(!), sejam conferidas só aos Mestres e Doutores, ou também aos Licenciados em Teologia e em Direito Canônico". Pois Cristo não diz: *Não queirais ser, mas não queirais ser chamados de mestres...* (cf *Commentaria in Matthaeum*, editio novissima, anterioribus auctior, Venetiis 1740 (edição original em Anvers, 1643, tradução minha do texto latino)

²⁶ Cf Jr 2,20 e 5,5; também Sir 6, 24-30 sobre o "jugo" da Sabedoria que vem da Lei...

²⁷ Cf *The Interpreter's Dictionary of the Bible*, vol. 4, p. 524, no verbete: *Teaching of Jesus*

²⁸ Nesse sentido, impressiona a palavra de Jesus em João sobre as "obras" dos discípulos, "maiores" que as do Mestre: *Quem crê em Mim, fará as obras que eu faço, e fará até maiores...* (Jo 14,12)

²⁹ Como precisamos também - a sociedade precisa - de juízes, apesar de Ele ter dito: *Não julgueis e não sereis julgados* (Mt 7,1... cf Tg 4, 11-12!). E precisamos também - a Igreja

precisa - de sacerdotes ministeriais, apesar de Ele ser o nosso único "Sumo Sacerdote" (cf carta aos Hebreus)

³⁰ Cito COMBLIN, J.: "... a autoridade é um carisma. Não pode ser fabricada. Não é muito abundante neste mundo. Quando aparecem pessoas com autoridade, é preciso tratá-las como pedras preciosas" (cf seu artigo: *Perplexidades de quem educa. A educação cristã forma para a liberdade*, in "Vida Pastoral" 198, jan.fev. 1998, p. 10)

³¹ Cf a feliz expressão de Paulo VI, na *Evangelii Nuntiandi* n. 42: "O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres. Ou então, se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas"

* O Autor é Mestre em Ciências Bíblicas, e Professor de Exegese Bíblica no ITESC

Endereço do Autor:

ITESC
Cx. Postal 5041
88040-970 - Florianópolis - SC

Fraternidade e Educação

Trabalho Bíblico-Pastoral e Educação Popular

*"Costumo dizer que, independente da posição cristã em que sempre procurei estar, Cristo seria, como é, para mim, um exemplo de Pedagogo."
"Sua palavra não é som que voa: é PALAVRAÇÃO".*

Paulo Freire.

Luiz José Dietrich*

Jesus foi um grande Educador Popular. Sua prática, na verdade, foi um grande exercício de Educação Popular. Este resgate, embora não seja original, pois muitas outras pessoas já ressaltaram este aspecto, sem dúvida representa contribuição muito importante no contexto da Campanha da Fraternidade, que em 1998 tematiza a Educação.

No entanto, há na prática educativa de Jesus um elemento a mais, que gostaria de destacar neste breve artigo. É que, em seu contexto, Jesus educava para a Vida e para a Liberdade, fundamentalmente

dando o exemplo e propondo para as pessoas uma nova forma de relação com o sagrado, com Deus. Esta nova relação deveria, segundo Jesus, ser mediada não por dogmas e rituais, mas pela Vida, por uma nova postura das pessoas diante de Deus, diante da sua vida própria cotidiana e diante das pessoas com as quais conviviam. É por acreditar que este é um dos mais importantes aspectos específicos do nosso trabalho, e também por acreditar que a formação de pessoas para a solidariedade (cf texto base da CF-98), passa pela relação das pessoas com o sagrado, e pela compreensão e pela relação das pessoas com a vida,